

POLÍTICA

A eleição para a Constituinte poderá ser antecipada de 15 de novembro para 7 de setembro de 1986, caso seja aprovada emenda do deputado Pedro Collin (PFL-SC), com o objetivo de desvinculá-la da eleição de governadores. A tendência do relator da proposta do governo convocando a Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach, é acolher a emenda Collin.

Bierrenbach apresentará seu parecer no dia 1º de outubro, e a matéria será votada pelo Congresso possivelmente no decorrer daquele mês. O relator deverá acolher ainda as subemendas do deputado Manoel Costa (PMDB-MG), que amplia o prazo de desincompatibilização de ocupantes de cargos executivos; do senador Itamar Franco, determinando nova eleição para presidente da República trinta dias após o impedimento do titular; e a que cria candidaturas avulsas à Constituinte.

A idéia de Bierrenbach, quanto à desincompatibilização, é adotar um prazo médio que possa ser aprovado pelo Congresso, em torno de nove e dez meses e meio. Para justificar a medida, ele vai aproveitar declarações feitas ontem na Câmara pelo ministro João Sayad, do Planejamento, que afirmou não dispor o setor público de instrumentos eficazes de controle e aferição de seu próprio desempenho.

Entulho

O porta-voz da Presidência, Fernando César Mesquita, anunciou ontem que antes da eleição da Constituinte o governo pre-

tende enviar ao Congresso propostas de reformulação da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa, "legislações típicas de regimes autoritários". Informou também já estar praticamente concluído, no Ministério do Trabalho, um anteprojeto de reformulação da Lei de Greve que, entre outros pontos, "reduzirá a participação do Estado na vida sindical". Todas essas matérias deverão ser votadas em 1986.

Esse anúncio feito pelo porta-voz em Porto Alegre coincidiu com declarações do ex-senador Paulo Brossard, consultor-geral da República, que defendeu ontem "como cidadão" a realização imediata de um grande acordo ou convergência nacional para a extirpação do chamado "lixo autoritário" ainda existente, de forma a apressar o aprimoramento do regime.

— Já nos desvestimos de alguns dos andrajos mais repulsivos que ao longo dos últimos anos foram costurados sobre a Nação. Mas ainda estamos longe do ideal e é humilhante que assim continue.

Segundo ele, até mesmo para facilitar o trabalho da Constituinte, o momento é de encaminhar os assuntos sobre os quais não pairam dúvidas, como a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, as medidas de emergência. Só os temas mais polêmicos seriam deixados para a Constituinte.

As observações de Brossard visaram a demonstrar o tempo que a Nova República está perdendo, embora ressaltando que o presidente José Sarney avançou estágios significativos na reforma institucional, de



Silva, Brossard, Bierrenbach

CONSTITUINTE

Uma proposta: antecipá-la para 7 de setembro.

A emenda deverá ser acatada pelo relator da Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach.

acordo com o Congresso, bem como por diversas vezes tem-se referido à necessidade de um pacto nacional amplo — político, econômico e social. Mas, se o processo não for retomado logo, ressaltou que ainda se lamentará muito a oportunidade perdida.

Segurança

A questão da segurança nacional foi abordada ontem também pelo historiador Hélio Silva, no Painel sobre Tema Constitucional que está sendo promovido pela Câmara dos Deputados, quando destacou que as Forças Armadas devem respeito ao Poder Civil e à Constituição.

Entre as suas atribuições devem constar — segundo Hélio Silva — a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais, suprimindo-se da futura Carta a defesa dos poderes constituídos.

Ele defendeu a supressão do Conselho de Segurança Nacional, assinalando que em seu lugar deve ser instituído o Conselho de Estado, presidido pelo chefe do governo e tendo como membros natos o vice-presidente, os ministros de Estado, os chefes dos gabinetes Civil e Militar e os chefes dos Estados-Maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica.

No âmbito de competência desse Conselho de Estado ficariam a segurança interna e externa, a política de desenvolvimento nacional, programas de cooperação internacional. E o presidente da República poderia designar membros eventuais para exame de matérias específicas. O historiador frisou que a política interna é assunto do Poder Civil.

Hélio Silva preconizou ainda a criação de um Conselho Constitucional, presidido pelo presidente da República e integrado pelo vice-presidente, os presidentes da Câ-

mara e do Senado, pelo ministro da Justiça e ministro militar, assinalando que após ouvi-lo o chefe do governo poderia decretar o estado de emergência para casos de guerra ou atividades subversivas. O prazo máximo seria de 30 dias.

Também falou no Painel o reitor da UnB, Cristovam Buarque, que alertou para os riscos de funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte, dizendo que "acordos espúrios" poderiam ser feitos para beneficiar determinadas categorias profissionais, por exemplo, em troca de apoio para a introdução de dispositivos de interesse de outras.

Segundo ele, um dos grandes desafios da Constituinte será manter as conquistas sociais e políticas que o País alcançou nas últimas décadas e compatibilizá-las com a vocação modernizadora dos tempos atuais.

Outro tipo de preocupação foi manifestada pelo presidente da Associação Nacional dos procuradores da República, Alvaro Ribeiro Costa, autor do pedido de prisão preventiva do empresário Mário Garnero. Para ele, se a Constituinte não fortalecer o Ministério Público brasileiro, a estrutura do Poder Judiciário estará incompleta e não se terá uma verdadeira democracia. Para isso, pediu a autonomia do Ministério Público — tanto financeira como para a escolha do chefe da instituição — bem como as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos para os integrantes da carreira.